

## **Redes, campesinato e os agentes monopolizadores do território no Médio Rio Amazonas, município de Urucará/AM**

Networks, peasantry and agents monopolizing the territory in the middle Amazon River, municipality of Urucará/AM

Redes, campesinado y agentes monopolizadores del territorio en el medio río Amazonas, municipio de Urucará/AM

**Arenilton Monteiro Serrão**

Universidade Federal do Amazonas

[arenilton.serrao@ufam.edu.br](mailto:arenilton.serrao@ufam.edu.br)

**Manuel de Jesus Masulo da Cruz**

Universidade Federal do Amazonas

[manuelmasulo@gmail.com](mailto:manuelmasulo@gmail.com)

**Marciclei Bernardo da Silva**

Universidade Federal do Amazonas

[bernardomarciclei@gmail.com](mailto:bernardomarciclei@gmail.com)

### **Resumo**

A presente pesquisa, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, buscou compreender o contexto histórico da formação do campesinato e das redes socioespaciais estabelecidas no médio rio Amazonas, município de Urucará/AM. Os procedimentos metodológicos adotados incluíram pesquisa bibliográfica, levantamento de campo sobre a formação do campesinato local e entrevistas com moradores mais antigos. Para embasar a análise, foram utilizados conceitos de autores como Chayanov (1974), Shanin (1980), Oliveira (2007), Tavares dos Santos (1978), Raffestin (1993) e Paulino (2012), que discutem temas como campesinato, redes e monopolização do território pelo capital. Os resultados indicaram que a formação das redes socioespaciais na região, estive historicamente ligada às atividades camponesas e suas interações com a terra, a floresta e a água. A agricultura de subsistência, as práticas extrativistas e a pesca foram fundamentais para a organização territorial e social dos camponeses, permitindo que o ambiente de várzea assumisse um papel central em suas dinâmicas de vida e relações territoriais.

**Palavras-chave:** Amazônia. Camponês. Monopolização. Ciclos econômicos.

### **Abstract**

This research, carried out within the scope of the Postgraduate Program in Geography, Federal University of Amazonas, sought to understand the historical context of the formation of the peasantry and the socio-spatial networks established in the middle Amazon River, municipality of Urucará/AM. The methodological procedures adopted included bibliographical research, field surveys on the formation of the local peasantry and interviews with older residents. To support the analysis, concepts from authors such as Chayanov (1974), Shanin (1980), Oliveira (2007), Tavares dos Santos (1978), Raffestin (1993) and Paulino (2012) were used, who discuss themes such as peasantry, networks and monopolization of territory by capital. The results indicated that the formation of socio-spatial networks in the region was historically linked to peasant activities and

their interactions with land, forest and water. Subsistence agriculture, extractive practices and fishing were fundamental to the territorial and social organization of peasants, allowing the floodplain environment to assume a central role in their life dynamics and territorial relations.

**Keywords:** Amazon. Peasant. Monopolization. Economic cycles.

## Resumen

Esta investigación, realizada en el ámbito del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad Federal de Amazonas, buscó comprender el contexto histórico de la formación del campesinado y las redes socioespaciales establecidas en el medio río Amazonas, municipio de Urucará/AM. Los procedimientos metodológicos adoptados incluyeron investigación bibliográfica, encuestas de campo sobre la formación del campesinado local y entrevistas con residentes de mayor edad. Para sustentar el análisis, se utilizaron conceptos de autores como Chayanov (1974), Shanin (1980), Oliveira (2007), Tavares dos Santos (1978), Raffestin (1993) y Paulino (2012), quienes abordan temas como el campesinado, las redes y la monopolización del territorio por el capital. Los resultados indicaron que la formación de redes socioespaciales en la región estuvo históricamente vinculada a las actividades campesinas y sus interacciones con la tierra, el bosque y el agua. La agricultura de subsistencia, las prácticas extractivas y la pesca fueron fundamentales para la organización territorial y social de los campesinos, permitiendo que el entorno de la llanura aluvial asumiera un papel central en su dinámica de vida y sus relaciones territoriales.

**Palabras clave:** Amazonas. Campesino. Monopolización. Ciclos económicos.

## Introdução

Ao utilizarmos o conceito de rede em nossa abordagem de estudo, é crucial termos a compreensão da sua natureza instável e dinâmica, refletindo os constantes processos de transformação em sua constituição e funcionamento. Portanto, “deve ser entendida como produto da sociedade em determinado momento histórico, e acima de tudo como suporte de ações” (Silveira, 2021, p.298).

A materialização das redes socioespaciais camponesas que serão abordadas nesse artigo, são resultado de um processo geo-histórico, moldado por múltiplos agentes e contextos socioeconômicos, como mercados, ciclos econômicos, urbanização e agentes comerciais, que influenciaram sua organização e reprodução. Longe de constituírem um modo de produção autônomo, os camponeses do médio rio Amazonas encontram-se inseridos em um sistema mais amplo, visto que, os sistemas de exploração e apropriação dos excedentes são externos a eles (Almeida, 2006).

A pesquisa teve como objetivo compreender o processo histórico de formação do campesinato e das redes socioespaciais e territoriais no médio rio Amazonas, com foco no município de Urucará/AM. Para isso, a Redes, campesinato e os agentes monopolizadores analisou-se a dinâmica da comercialização camponesa em meio às influências dos agentes monopolizadores

do território pelo capital, evidenciando como esses fatores moldaram as relações de produção, circulação e permanência ou manutenção de determinadas redes.

O artigo está estruturado em quatro tópicos principais. O item “A formação do Campesinato Amazônico” trata da formação e consolidação da atividade camponesa no contexto amazônico, enfatizando o papel das reformas pombalinas implementadas na segunda metade do século XVIII como mecanismo central no processo de camponezação das populações nativas. Contudo, esse processo não significou o desaparecimento das práticas originárias, pelo contrário, os saberes herdados dos ancestrais indígenas, especialmente os relacionados à terra, floresta e à água foram fundamentais para adaptar esses sujeitos sociais às novas exigências econômicas, demonstrando ser o camponês amazônico um sujeito plástico e resiliente.

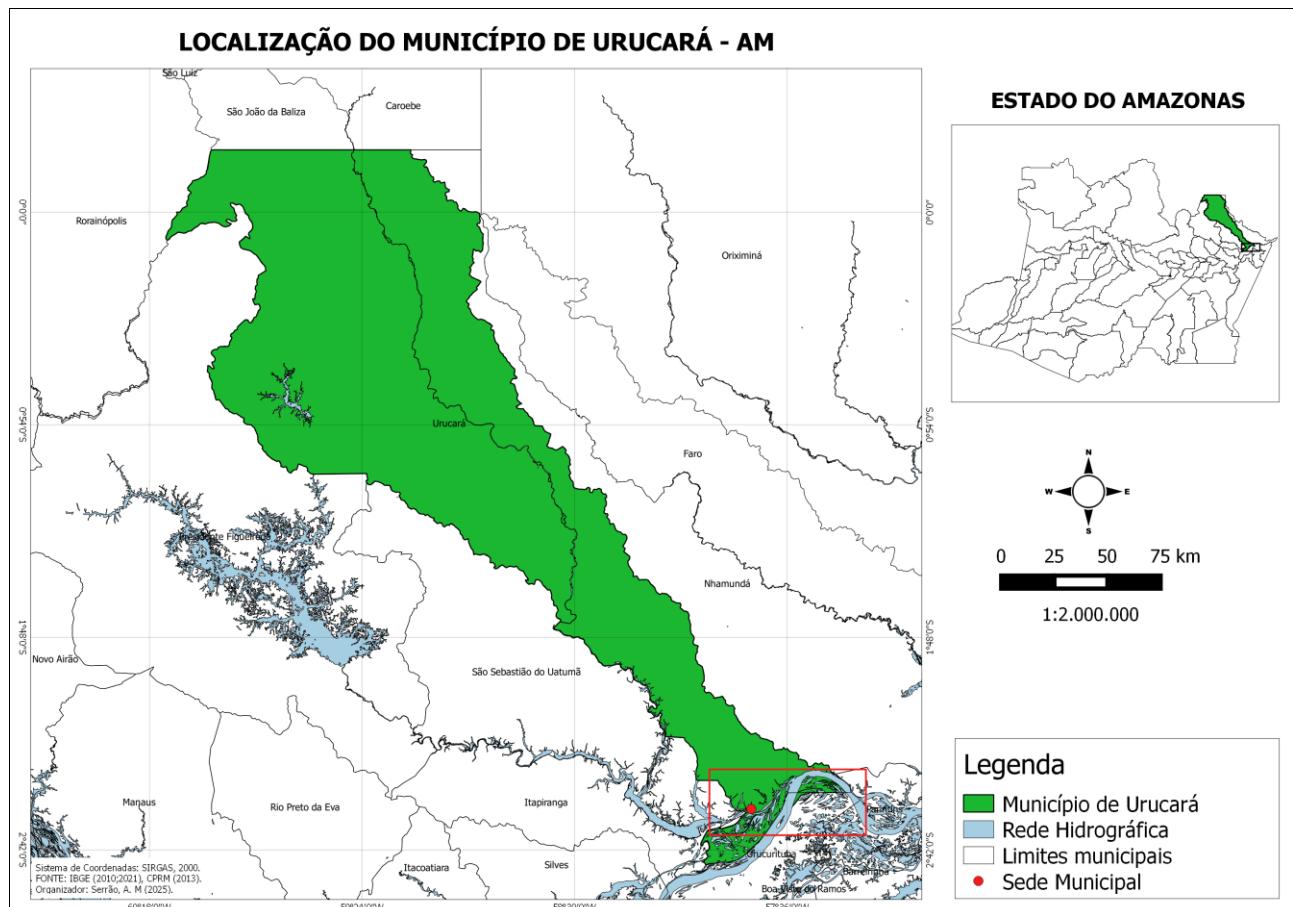
O tópico “Campesinato urucaraense, redes de comercialização e os agentes monopolizadores do território” destaca a consolidação da atividade camponesa no município de Urucará e na região do médio rio Amazonas, evidenciando a importância histórica das primeiras missões religiosas na segunda metade do século XVII como ponto de partida para o processo de ocupação territorial e organização socioeconômica local. A partir dessas missões, intensificou-se a chegada de colonos e o surgimento dos primeiros sítios agrícolas voltados principalmente ao cultivo do tabaco e do cacau, que, aliados ao extrativismo da borracha no século XIX, passaram a configurar as bases da economia regional. Esse processo se fortaleceu com a migração de nordestinos e a chegada de famílias de origem italiana, judaica, japonesa e outras, que contribuíram para a diversificação étnica e cultural do campesinato urucaraense.

O tópico “As especificidades do campesinato no médio rio Amazonas” aborda as singularidades desse campesinato, ressaltando as particularidades do homem do campo amazônico, cuja existência está profundamente entrelaçada à diversidade ambiental da região. Diferente de outros contextos rurais do país, o camponês amazônico constrói sua vida econômica e social a partir da combinação de múltiplas atividades produtivas, como a agricultura, a pesca, o extrativismo vegetal e animal, e, em alguns casos, a criação de animais de pequeno e médio porte.

Por fim, a “Exploração e subordinação do trabalho camponês” adentra a complexa rede de exploração e subordinação do trabalho camponês no médio rio Amazonas, evidenciando como, ao longo dos diferentes períodos históricos e ciclos econômicos, os camponeses foram sendo inseridos em sistemas de dependência e controle impostos por agentes monopolizadores do território. Atravessadores, casas aviadoras, regatões, comerciantes-patrões e, mais recentemente, a agroindústria, configuraram-se como mediadores do capital que, por meio de práticas como o aviamento e a fixação de preços, passaram a controlar a produção e comercialização dos bens oriundos da agricultura familiar, pesca e extrativismo.

## Metodologia

Esta pesquisa, de caráter exploratório, adotou uma abordagem teórico-empírica e qualitativa, tendo como recorte geográfico o sul do município de Urucará (Figura 1), onde até meados da década de 1980, se configurou uma das mais importantes redes comerciais do município, com a atuação de diferentes sujeitos sociais, camponeses, comerciantes-patrão, regatão, marreteiro, navios a vapores e outros.



**Figura 1** – localização do município de Urucará, Amazonas, destaque para a área da pesquisa.  
Fonte: CPRM, 2013. IBGE, 2021. Org: Serrão, A, M (2025).

Para a realização desse trabalho, foi realizado levantamento bibliográfico com autores que discutem os conceitos fundamentais para a análise do objeto de estudo. A coleta de dados envolveu tanto fontes primárias, como entrevistas, atividades de campo e observações diretas, quanto fontes secundárias, incluindo a busca por informações em secretarias, prefeitura, sindicatos e associações. Esses procedimentos possibilitaram a sistematização das informações obtidas, contribuindo para a compreensão das dinâmicas territoriais e para a análise cartográfica da região estudada.

## **Bases teóricas da pesquisa**

A base teórica que embasa essa pesquisa fundamenta-se tanto em autores clássicos quanto em contemporâneos, cuja contribuição é essencial para a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas no contexto agrário amazônico. Destacam-se autores como Chayanov (1974), que aborda a lógica da economia camponesa; Shanin (1980), Andrade (1964) e Cândido (1977), que discutem os conceitos e as especificidades culturais e sociais do campesinato. Oliveira (1994) e Martins (1995), que analisam a estrutura fundiária e as relações de poder. Paulino (2012) também contribui com discussões relevantes sobre a monopolização do território pelo capital. No cenário amazônico, autores como Cruz (2007), Harris (2006), Witkoski (2006), Meggers (1987) e Serrão (2018) exploram as particularidades do campesinato regional, incluindo as influências ambientais e o modo de vida dos camponeses amazônicos, oferecendo uma análise mais contextualizada e ampla sobre as questões sociais, ambientais e econômicas.

## **Campesinato, redes e monopolização do território pelo capital**

O conceito de camponês e campesinato é alvo de diversas interpretações, variando conforme o contexto histórico, social e econômico. Para Cruz (2007), a tarefa de estabelecer conceitos é sempre difícil e nem sempre alcança os objetivos propostos, pois as configurações teóricas sugeridas muitas vezes não são totalmente compatíveis à realidade vivida. Dessa forma, as definições devem ser encaradas como instrumentos de análise, permitindo uma compreensão mais crítica às transformações constantes que impactam o campesinato, especialmente no contexto amazônico. Para Shanin (1980), o conceito de camponês, embora frequentemente generalizado para facilitar a análise social, não implica uma visão homogênea desses sujeitos, mas sim uma compreensão que reconhece suas particularidades dentro de contextos específicos.

Quando olhamos para o campesinato no contexto amazônico, em especial no médio rio Amazonas, constata-se a complexidade desses sujeitos sociais, bem como as intensas transformações pelas quais vem passando ao longo da história. Longe de constituírem um grupo estático, vivenciaram múltiplas mudanças em função de ciclos econômicos diversos, que impactaram profundamente suas formas de organização e reprodução social. Somam-se a isso, as transformações estruturais, políticas e territoriais recentes<sup>1</sup>, que tem constantemente reconfigurado seu modo de vida, impondo desafios e adaptações.

Em termos de Amazônia, o conceito de camponês ainda é visto com estranheza por muitos pesquisadores. Dessa forma, esses sujeitos sociais recebem diferentes denominações, entre as mais

<sup>1</sup>Principalmente a partir da segunda metade do século XX, onde o governo militar, através da SUDAM, incentivou grandes projetos agropecuários para a Amazônia, abrindo possibilidade de acesso à terra para as grandes levas de imigrantes oriundos de outras regiões do país, especialmente do Nordeste e centro-sul (Oliveira, 1994, p. 34).

comuns, a de caboclo, agricultor familiar, ribeirinho, produtor rural, varzeiro, comunitário, etc. Os autores que abordam o conceito de camponês ou campesinato partem geralmente da dialética marxista ou trabalham em tal perspectiva. No entanto, o que tem predominado é a nomenclatura de agricultor familiar, pela qual determinados autores entendem que esses moradores estão passando por inúmeras transformações e se relacionando cada vez mais com o mercado, se especializando em determinada atividade, seja ela agrícola ou não, deixando com o tempo de serem camponeses (Cruz, 2007).

Destarte, o que temos presenciado nos diversos conceitos acerca do homem amazônico é a sua generalização e a conseguinte homogeneização, desaparecendo, assim, suas peculiaridades, que na Amazônia, dependendo do ambiente ou forma como foi concebido o território, ganham um caráter particular e único, podendo se manifestar de forma tão diversa em diferentes contextos históricos (Moreira e Hébette, 2009). Apesar das diferenciações internas, não é maior que as externas, de maneira a não existir um modo de produção camponês, pois os mesmos não possuem uma estrutura política e econômica relativamente autossuficiente, visto que, os sistemas de exploração e apropriação dos excedentes são externos a eles (Almeida, 2006).

Diante de tais possibilidades teóricas, Cruz (2007) caracterizou como camponês-ribeirinho os sujeitos sociais que se constituíram frente a um processo civilizatório e que moram às margens de rios ou até sobre eles, e que estabelecem diferentes territorialidades (terra, água e floresta) adaptando-se às complexidades ambientais da Amazônia. Witkoski (2006) os denominou de camponês amazônico, sujeitos que vivem na calha do rio Solimões/Amazonas e que precisam realizar um conjunto de atividades, estabelecendo fortes relações com a terra, na qual é agricultor e criador, dependendo de conhecimentos sobre os ciclos naturais das águas (enchente/cheia e vazante/seca). Com a floresta, exerce o extrativismo e com o rio, desde a infância aprende a ser pescador e a tirar o sustento e a renda familiar.

Outra importante abordagem teórica adotada nesse artigo faz referência ao conceito de rede, especialmente das redes geográficas<sup>2</sup>. Amplamente utilizado na Geografia, Sociologia, Antropologia e outras áreas, proporciona uma visão abrangente para o estudo do campesinato no contexto amazônico. Para Dias (2020, p. 3), a construção do conceito no contexto da Geografia “pressupõe refletir sobre sua natureza abstrata e claramente definida, que guia pesquisas e funda hipóteses”. Ao utilizarmos o conceito em nossa abordagem de estudo, destacando as redes camponesas como elemento central de nossa análise, é crucial termos a compreensão da natureza

<sup>2</sup>As redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida (Corrêa, 2012, p. 200).

dinâmica da mesma, refletindo os constantes processos de transformação em sua constituição e funcionamento.

Quando se trata do uso do conceito no contexto da Geografia aparece muito conectado ao estudo das redes técnicas<sup>3</sup> e urbanas<sup>4</sup>, entendidas como espaços integrados por relações de fluxos e conexões (Dias, 2020). No entanto, sua aplicação no contexto da Geografia Agrária e das redes camponesas permanece subutilizado, evidenciando um certo privilégio acadêmico, que prioriza os sistemas urbanos e tecnológicos, enquanto negligencia as redes de relações socioespaciais, econômicas e culturais que estruturam os territórios camponeses. Isso corrobora com Saquet (2008, p.88), ao afirmar que “as redes são vias para os fluxos, mediações e articulações entre os territórios e lugares”. Essa seletividade reforça as desigualdades territoriais, econômicas e sociais que convivem boa parte dessas populações, especialmente as camponesas.

No entanto, para compreendermos as relações econômicas estabelecidas entre os diferentes sujeitos sociais, camponeses e não camponeses no contexto agrário do médio rio Amazonas, tornou-se fundamental recorrer ao conceito de monopolização do território pelo capital que possibilita analisar os mecanismos de subordinação, exploração e controle exercido sobre o trabalho camponês. Autores como Oliveira (2001) e Paulino (2012) oferecem importantes contribuições nesse debate, ao evidenciar como o capital se apropria do espaço agrário de forma contraditório, reorganizando-o em função de suas necessidades de acumulação e impondo aos camponeses uma posição de dependência, “monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se” (Oliveira, 2001, p. 25).

A atuação desses agentes comerciais que atuaram em distintos períodos e ciclos econômicos do médio rio Amazonas, adaptou-se às transformações econômicas e sociais da região. Desde os missionários religiosos e Companhias de Comércio que controlavam a comercialização direta da produção indígena e camponesa no período colonial, passando pelas casas aviadoras e pelo regatão, que funcionavam como mecanismos de crédito e circulação de mercadorias, até a figura do comerciante-patrão e, mais recentemente, a inserção da agroindústria, todos desempenharam papéis centrais na intermediação das relações econômicas.

Para Oliveira (2016), o processo de monopolização do território pelo capital revela como uma dinâmica contraditória das relações capitalista, pois ao mesmo tempo em que subordina o campesinato às lógicas do mercado e do capital, também deixa brechas que possibilitam a permanência desses sujeitos no campo. Nesse contexto, o camponês mantém relativo controle sobre sua força de trabalho e seus meios de produção (terra e objetos de trabalho), no entanto, essa

<sup>3</sup> Como exemplo, podemos citar as ferrovias, as rodovias, a telegrafia, a telefonia, a teleinformática, cujo a redução do tempo permitiu instalar uma ponte entre os lugares distantes (Dias, p. 141).

<sup>4</sup> Definida pelo conjunto de centros urbanos articulados entre si (Corrêa, 2012, p. 204).

autonomia é constantemente tensionada pela ação do capital, que se apropria da renda camponesa da terra por meio da compra, controle dos preços e das condições de troca (Oliveira, 2016).

Para Paulino (2012) a compreensão do processo de monopolização do território pelo capital exige olhar para a lógica da produção, uma vez que os camponeses se diferenciam dos demais trabalhadores, pois o que está em jogo não é venda da sua força de trabalho, mas o produto final no qual está incorporado o esforço coletivo da família. As parcerias estabelecidas com os camponeses do médio rio Amazonas ao longo dos distintos períodos históricos foram fundamentais para consolidar o processo de monopolização do território pelo capital, uma vez que esses sujeitos desempenharam papel central na produção de riquezas regionais.

## **Constituição histórica da atividade camponesa no médio rio Amazonas**

### **A formação do campesinato amazônico**

A formação dos assentamentos humanos na Amazônia, especialmente povoados, vilas, comunidades rurais e as colônias agrícolas, está diretamente relacionada aos processos históricos e econômicos de sociedades mais amplas (Becker, 2013). Ao longo dos séculos, a região foi influenciada pelas ordens hegemônicas que controlam a economia global, sendo continuamente integrada ao mercado global. Nesse contexto, tornou-se fornecedora de diversas matérias-primas, como as drogas do sertão, borracha, castanha, cacau, juta, guaraná, minérios de ferros, commodities agropecuárias como a soja e a carne, atendendo às demandas externas e reforçando sua posição dentro da Divisão Internacional do Trabalho e das dinâmicas econômicas globais (Ponte, 2017).

Diante das necessidades que foram criadas pelo capital, importantes medidas governamentais fincaram base para a formação de atividade agrícola e como consequência, a formação de uma nova classe, a camponesa. Sem sombra de dúvidas, as reformas pombalinas<sup>5</sup> na transição do século XVIII para o XIX, trouxeram séries de transformações na composição étnica (processo de miscigenação entre brancos e índios), na aptidão pelo trabalho e pelo apego a terra, formando assim a classe específica de camponeses, que para alguns autores é entendido como o camponês-ribeirinho da Amazônia (Cruz, 2007).

De acordo com Cruz (2007), o período pombalino exerceu influência significativa na configuração da sociedade colonial amazônica, introduzindo uma racionalidade econômica e política que direcionou os sujeitos do campo à produção espontânea e ao cultivo da terra. Essa

---

<sup>5</sup>Período marcado por amplas reformas políticas e econômicas direcionadas para a Colônia e em especial para a Amazônia pelo então ministro português Marquês de Pombal (1750-77), na qual pretendia reforçar seus laços comerciais com Lisboa, estimulando a agricultura e exercendo maior controle sobre as atividades econômicas, transformando, ao mesmo tempo, a força de trabalho (Mendonça, 2005).

orientação resultou em um projeto de estabilidade para as experiências agrícolas, consolidando práticas produtivas que se integraram à economia local.

Para Silva (2002), a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, por iniciativa do Marquês de Pombal, teve um papel fundamental no estímulo à agricultura e ao setor produtivo da região. A medida não apenas incentivou o desenvolvimento econômico, mas também garantiu a ampliação da mão de obra local disponível, fortalecida pela introdução de escravizados africanos. Somado a essas séries de medidas, estava o incentivo ao matrimônio entre homens brancos e mulheres indígenas, lei assinada em 1755, que tinha como objetivo, estimular o povoamento e a ocupação da região (Oliveira, 1983).

Em 1757, foi instituído o Diretório dos Índios, principal instrumento de controle que promoveu a transformação da sociedade nativa em uma população cabocla miscigenada, os camponeses amazônicos. De acordo com Oliveira (1983), essa política tinha como objetivo dinamizar a produção agrícola e fixar os indígenas à terra, incentivando sua participação em diferentes setores do Estado. Dessa forma, os nativos foram estimulados ao trabalho na lavoura, ao envolvimento no comércio e à assimilação de valores da sociedade colonial, como a vida civilizada, o apreço pela propriedade privada e a busca pela riqueza.

Os processos de miscigenação realizado ao longo dos séculos foram fundamentais para a formação do camponês amazônico, especialmente na região do médio rio Amazonas, foco desta pesquisa. No decorrer do século XIX, a chegada de migrantes nordestinos intensificou essas características, agregando novos elementos culturais e produtivos à dinâmica local. A agricultura permaneceu como a base de sustento das famílias, sendo complementada por atividades ligadas aos recursos hídricos e à floresta, como a pesca, o extrativismo e o manejo da terra (Witkoski, 2006).

Como apontado por Loureiro (2007), a imposição de determinada atividade de trabalho ao camponês amazônico, levou-o em determinados períodos, a optar pelo extrativismo como principal atividade econômica, a exemplo da extração da borracha, voltada para o mercado externo. Esse contexto levou, em muitos casos ao abandono temporário da agricultura e dos policultivos, demonstrando a influência das dinâmicas econômicas globais sobre a organização produtiva local e da (re)criação de novas redes socioespaciais. O contrário também ocorreu, dado ao enfraquecimento das demandas externas por produtos extrativos, quando “esses camponeses voltavam o trabalho para o interior das unidades familiares, fortalecendo a agricultura e a combinação de atividades, característica que marca a trajetória camponesa na Amazônia” (Serrão, 2018, p. 27).

## A formação do Campesinato urucaraense: território em disputa

A formação do campesinato no município de Urucará, Amazonas, está intrinsecamente ligada às interações com contextos sociais mais amplos, influenciando sua territorialização tanto nas várzeas quanto na terra firme. Compreender esse processo envolve analisar as redes socioespaciais construídas ao longo do tempo, as relações de comércio estabelecidas e a atuação dos agentes monopolizadores do território pelo capital. As várzeas<sup>6</sup>, por sua fertilidade e proximidade dos rios, tornaram-se estratégicas para a agricultura e a reprodução camponesa, ao passo que a terra firme<sup>7</sup> também desempenhou papel fundamental na ocupação rural. Nesse contexto, o fortalecimento do campesinato local deu-se por meio de diversas iniciativas coletivas, como a criação das Comunidades Eclesiais de Base e das colônias agrícolas, que promoveram organização social, resistência e a busca por melhores condições de vida e trabalho.

Historicamente, a base de sustentação socioeconômica do atual município de Urucará esteve ligada à atividade agrícola e ao extrativismo animal e vegetal. Município localizado na parte leste do Estado do Amazonas, tem sua sede situada à margem esquerda do Rio Uatumã, afluente esquerdo do rio Amazonas, ocupado territorialmente pelos povos indígenas do tronco linguístico Aruaques e colonizado por Crispim Lobo de Macedo, colono paraense que chegou na região nas primeiras décadas do século XIX (Serrão, 2018). De origem ainda difusa, alguns historiadores locais o consideravam comerciante, espécie de regatão<sup>8</sup>, que saindo de Cametá, no Grão-Pará, percorreu os mais longínquos rincões do paraná de Urucará e rio Uatumã nas primeiras décadas século XIX, estabelecendo-se com a família, escravos e agregados (Tenório, 2016).

No entanto, como destacado por Serrão (2018), a ocupação do território urucaraense não se restringiu apenas a interesses econômicos ou comerciais, mas esteve diretamente ligada à estratégia da Coroa Portuguesa para assegurar o domínio e a defesa territorial na Amazônia. A chegada de colonos paraenses a essa região atendeu a uma necessidade de ocupação efetiva do território, evitando possíveis investidas estrangeiras e consolidando o poder lusitano sobre essa vasta porção territorial, visto que ainda era uma incógnita (Machado, 1997).

Ao que tudo indica, o sítio agrícola de Crispim Lobo de Macedo teve esse propósito, ou seja, foi pensado estrategicamente para resguardar os domínios da Coroa nos rios Uatumã e Jatapu. As populações indígenas que ainda restaram nessas localidades migravam cada vez mais para as cabeceiras dos rios, rumo ao norte, para além das fronteiras com as Guianas. Ocupar essas terras por

<sup>6</sup>Planície de inundação, periodicamente inundada pelas cheias anuais e fertilizadas pelos sedimentos dos rios de água branca, como o Amazonas e seus afluentes) (Monteiro, 1981).

<sup>7</sup>São os baixos platôs da Amazônia Centro-Oriental, recobertos por Mata de Terra Firme, ocupam expressivas extensões da porção oriental do Estado do Amazonas e são caracterizados por terrenos baixos (em cotas inferiores a 200 m), com solos espessos, pobres e bem drenados, em geral, Latossolos Amarelos (Marques, 2017, p. 67).

<sup>8</sup>Espécie de comerciante que levava em canoas, mercadorias estrangeiras ou nacionais, no qual o sistema de comércio consistia sem o intermédio de moedas (dinheiro), mas pela troca de objetos, produtos (Goulart, 1968).

meio de colonos e mestiços, e aí instituir bases agrícolas e econômica era de fundamental importância, visto que, eram espaços a serem dominados no território.

No decorrer do século XIX, o processo de ocupação do território urucaraense foi marcado pela chegada de colonos, mestiços, indígenas e migrantes nordestinos<sup>9</sup>, estabelecendo as bases do campesinato local. Diante das condições ambientais, econômicas e culturais, esse campesinato desenvolveu fortes vínculos territoriais com as terras devolutas e férteis das várzeas, aproveitando suas potencialidades para a agricultura e outras atividades de subsistência.

Ao longo do século XX, com a crescente internacionalização da Amazônia, novos elementos étnicos são inseridos na composição social da região. Sírios, libaneses, judeus, italianos e, posteriormente, os japoneses, que chegaram na região por volta da década de 1940, passando a integrar o cenário local, contribuindo significativamente para a transformação das dinâmicas comerciais e produtivas (Serrão, 2018). Os japoneses ao se estabelecerem nas calhas dos principais rios, paranás e furos da região, transformaram as relações de comércios, inserindo através da juta, uma nova racionalidade produtiva aos camponeses, tema que trataremos com ênfase nos próximos tópicos.

### **As especificidades do campesinato no médio rio Amazonas**

Ao iniciarmos esse tópico, apontaremos algumas características gerais do campesinato, contextualizando com as especificidades no contexto amazônico. Para Oliveira (2001), a força do trabalho familiar é o motor principal do processo de produção camponesa, pois é dele que deriva e abre possibilidade para a combinação muitas vezes articulada de outras relações de trabalho. Não podemos compreender a economia camponesa sem conhecer suas especificidades, que em qualquer lugar, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo (Shanin, 1980). Tavares dos Santos (1978), em seu livro “Colonos do vinho” apresenta um conjunto articulado de elementos estruturais da produção camponesa.

**Quadro 1 - Elementos da produção camponesa segundo Tavares dos Santos (1978).**

<b>Elementos estruturais</b>	<b>Características</b>
<b>Força de trabalho familiar</b>	O elemento que se destaca na caracterização da produção camponesa é o motor do processo de trabalho na unidade familiar.
<b>Ajuda mútua</b>	Solução encontrada pelos camponeses para completar o trabalho que a família não conseguiu realizar, seja pela ausência de condições financeiras ou disponibilidade de mão de obra.

<sup>9</sup>Calcula-se que aproximadamente 500.000 nordestinos vieram para a Amazônia no período de 80 anos, representando assim, o maior movimento humano das migrações internas da história brasileira, superado apenas por São Paulo, em decorrência dos surtos industriais e de empregos (Benchimol, 1999).

<b>Parceria/sociedade</b>	Decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar permanentemente trabalhadores em sua propriedade. O camponês contrata o parceiro e divide com ele custos e ganhos.
<b>Trabalho assalariado/acessório</b>	Através dessa estratégia, o camponês pode se transformar periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo salário/diárias por período de trabalho, complementando assim, a sua renda.
<b>Contratação da força de trabalho assalariada</b>	Em geral, ocorre ao ciclo de existência da família camponesa, especialmente falta de mão de obra ou em momentos críticos do ciclo agrícola, necessitando força de trabalho externo.
<b>Socialização do camponês</b>	Importante elemento da produção camponesa, pois é através dela que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva.
<b>Propriedade da terra</b>	Instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é terra de trabalho, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração.
<b>Propriedade dos meios de produção</b>	Exceto a terra, na maioria dos casos os meios de produção são em parte adquiridos, portanto, mercadorias, e em parte produzidos pelos próprios camponeses.
<b>Jornada de trabalho</b>	Outro elemento a ser distinguido, pois não há rigidez de horário diário, como na produção capitalista. A jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados. Assim, combinam-se períodos de pouco trabalho e períodos de trabalho intenso.

Fonte: Tavares dos Santos (1978).

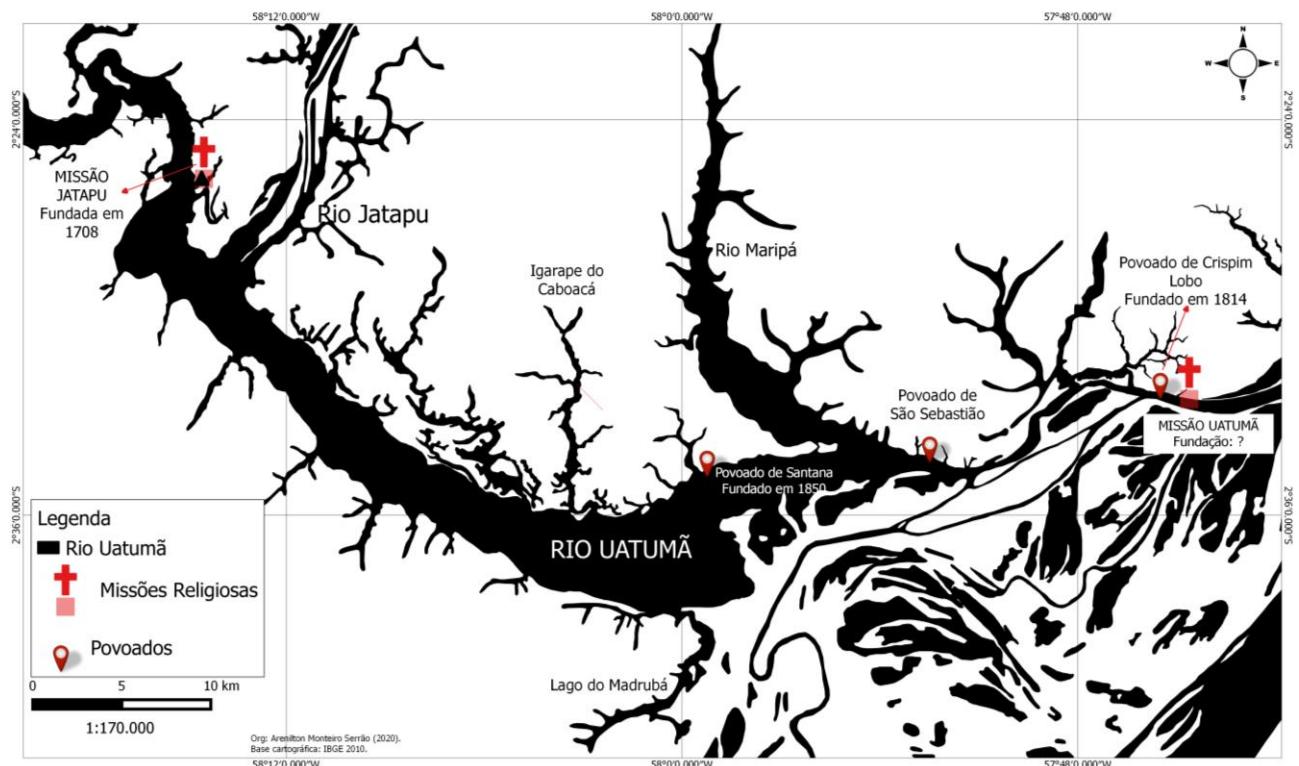
Org: Autores (2025).

No contexto amazônico, especialmente no caso do camponês ribeirinho, além dos elementos em destaque no quadro 1, também é marcada por uma forte especificidade baseada na combinação de múltiplas atividades produtivas. Esse modo de vida se estrutura a partir de uma relação direta e integrada com os elementos naturais presentes no território: a terra, a água e a floresta desempenham papel central na organização do trabalho, na reprodução social e nas possibilidades de (re)criação das redes socioespaciais.

### **Exploração e subordinação do trabalho camponês no município de Urucará – AM.**

Ao longo dos distintos períodos econômicos vivenciados na Amazônia, os camponeses ocuparam posição central na geração de riqueza, moldando suas relações de trabalho de acordo com as demandas a eles impostas. Desde o período colonial, com a exploração das chamadas drogas do sertão, passando pela extração da borracha, pela valorização de produtos como cacau, juta, castanha, guaraná, até as atuais atividades agroextrativistas, a relação entre esses sujeitos históricos e os agentes externos (atravessadores, casas aviadoras, regatão, comerciante-patrão, agroindústria) se deu mediante ao processo de monopolização do território pelo capital, bem como na extração da renda da terra e outras formas de subordinação.

A ocupação inicial da região se deu a partir da criação das primeiras missões religiosas instaladas nas calhas dos rios Uatumã e Jatapu, ainda na segunda metade do século XVII (Figura 2). Essas missões desempenharam papel fundamental na estruturação das relações de trabalho e na integração da população nativa ao sistema econômico colonial, tendo como destaque o comércio de especiarias, conhecidas como Drogas do Sertão (Bettendorff, 2010).



**Figura 2** – Espacialização das principais povoações dos rios Uatumã e Jatapu até 1850.

Fonte: IBAMA, 2010; CPRM, 2013. Organizador: Serrão, A. M (2025).

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, as atividades alicerçadas na agricultura, realizadas tanto em terras pretas como em áreas de várzeas e desenvolvidas por indígenas e camponeses, impulsionaram a economia. Entre os cultivos de destaque, estava a cana de açúcar, a mandioca, o milho e o tabaco, configurando as primeiras redes de trocas e comércio regional, pois parte desses produtos eram enviados a Belém do Pará e, consequentemente, destinados à Europa.

A atividade cacaueira, outrora considerada uma droga do sertão, à medida que ganhou importância econômica na Europa passou a ser cultivada por camponeses nas várzeas amazônicas, com destaque para os municípios de Parintins, Urucurituba e Urucará. Na transição do século XIX até meados do XX, coronéis<sup>10</sup> de barranco e camponeses incorporaram o cultivo do cacau às suas

<sup>10</sup>O conceito entrou na linguagem corrente por via do estilo social, inclusive na vida urbana, com predominância sobre sua função burocrática e política (Faoro, 2001). No caso específico do médio rio Amazonas, alguns possuíam descendência estrangeira ou nordestina, por décadas comandaram a política e os privilégios econômicos.

atividades produtivas, aproveitando as condições favoráveis das áreas de várzea (Nascimento, 2016). Esse cultivo se intensificou especialmente nas localidades do Paraná do Comprido, Albano e Jurupari, onde o solo fértil e as condições ambientais (enchente/cheia e vazante/seca) proporcionavam o ambiente ideal para o desenvolvimento da cultura. No entanto, doenças, oscilação no preço e as sucessivas enchentes/cheias que se abateram sobre esse ecossistema em períodos cronológicos curtos (1953 e 1973), ocasionaram não apenas perdas de plantações e sítios agrícolas, mas sucessivas migrações de famílias camponesas para a terra firme.

Embora não tenha alcançado a mesma relevância que em outras calhas de rios da Amazônia, a extração do látex desempenhou papel significativo na economia urucaraense até as primeiras décadas do século XX. A atividade se concentrou especialmente no alto curso dos rios Uatumã e Jatapu, onde nordestinos e camponeses locais migraram para explorar a floresta em busca da borracha. Esse movimento transformou a pequena vila de Crispim Lobo em um importante entreposto comercial de borracha, fazendo com que os navios da Companhia da Navegação e Comércio do Estado do Amazonas atracassesem na vila periodicamente, conectando a produção local aos mercados regionais e internacionais (Gonçalves, 1904).

Com a extinção da rede comercial da borracha que ocorreu nas primeiras décadas do século XX e havia integrado esses espaços ao mercado mundial, a região experimentou um processo de retração econômica que obrigou muitas famílias a reorganizarem suas formas de reprodução social. Nesse contexto, a agricultura de subsistência retomou sua centralidade, com a reabertura de roças de mandioca e produção de farinha, atividade historicamente vinculada ao modo de vida local. Outros produtos extraídos da floresta e dos rios passaram à complementar a renda camponesa, com destaque para a castanha, o pirarucu seco, o cumaru, a tartaruga, o peixe-boi, couros de animais silvestres como onça, jacaré e capivara, além da exploração madeireira de espécies valiosas como itaúba, massaranduba, acareúba, pau d'arco, castanheira, louro e muirapiranga, comercializadas e enviadas a Belém e Manaus (Gonçalves, 1904). Isso demonstra a plasticidade sobre a qual se assenta essa classe de sujeitos, que mesmo voltados para o mercado externo, não deixam de desempenhar outras funções, combinando diferentes atividades, motivos pelos quais não abandonaram a agricultura, a pesca, a caça, o extrativismo, as pequenas criações, entre outras atividades (Cruz, 2007).

Na segunda metade do século XX, as atividades econômicas nesse trecho permaneceram essencialmente camponesas, mas passaram por importantes transformações com a intensificação do uso das várzeas como espaço produtivo. A fertilidade do solo e a abundância de recursos pesqueiros tornaram essas áreas fundamentais para o sustento das populações ribeirinhas, consolidando o protagonismo desse ambiente no contexto agrário do médio rio Amazonas. Nesse cenário, destaca-

se a introdução da cultura da juta por imigrantes japoneses a partir da década de 1940, que rapidamente foi assimilada pelos camponeses locais. A juta, utilizada principalmente na produção de sacarias, tornou-se, nas décadas seguintes, o principal produto econômico da região do baixo Amazonas. Nos anos 1970, era relevante economicamente para municípios como Parintins, Boa Vista do Ramos, Nhamundá, Barreirinha, Urucurituba e Urucará (Serrão, 2018).

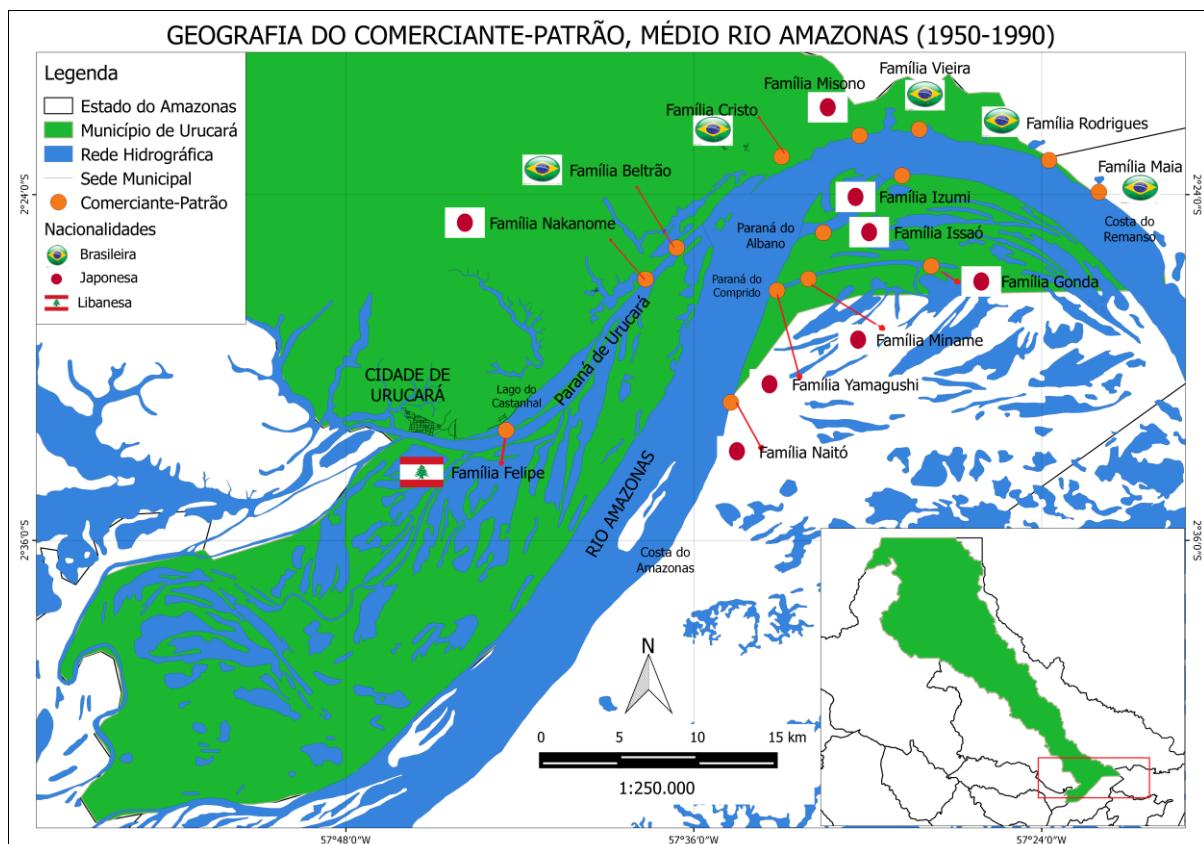
Conforme Cruz (2007), profundas mudanças ocorreram, especialmente com a instalação de unidades fabris nas proximidades das áreas produtoras, o que facilitou o escoamento e beneficiamento da produção. Nesse contexto, a juta passou a ocupar lugar de destaque na economia local, cuja lógica de produção era camponesa, onde os mesmos controlavam a força de trabalho, que dependendo do contexto, poderia ser familiar ou assalariada. Detentores dos meios de produção (terra e instrumento de trabalho) estavam subordinados à lógica da monopolização do território pelo capital, na qual os atravessadores e as indústrias ditavam os preços e controlavam os fluxos e os padrões de produção, ocorrendo a extração da renda da terra (Paulino, 2012).

Essa atividade se fortaleceu no médio rio Amazonas, mediante uma articulada rede de agentes comerciais que operavam intensamente entre os pontos produtores e os centros de beneficiamento da fibra. Essas redes mantinham conexões com diversas localidades ribeirinhas, expandindo-se até cidades do Pará e, sobretudo, com a cidade de Parintins, que se tornou o principal polo industrial da juta na região (Souza, 2011).

Com a consolidação dessa atividade entre os camponeses locais, formou-se uma intrincada rede de comerciantes-patrões, que atuavam nas principais calhas de rios, furos e igarapés da região. Esses agentes comerciais, em sua maioria externos ao território, com destaque para os comerciantes de origem japonesa, organizaram um sistema de escoamento da produção de juta e de outros produtos agroextrativistas, no típico sistema de avimento<sup>11</sup> que já imperava desde o século XIX na Amazônia (Figura 3). “Subordinando a sua lógica produtiva, o patrão, sem grande esforço se prevalecia da força de trabalho do camponês, extraindo-lhes a renda da terra com a compra de seus produtos, não pagando pelos seus dias de trabalhos” (Serrão, 2018, p. 53).

---

<sup>11</sup>Sistema comercial que prevaleceu em boa parte da Amazônia no período da borracha e em período posteriores. Espécie de crédito sem dinheiro (Santos, 1980).



**Figura 3:** Geografia dos comerciantes-patrão, sul do município de Urucará.  
 Base cartográfica: IBGE, 2010.  
 Org: Serrão, A. M (2017) com bases em informações fornecidas pelos camponeses.

A partir da década de 1970, a produção e o comércio da juta no contexto do Baixo Amazonas apresentam sinais evidentes de declínio, resultado de um conjunto de fatores naturais, econômicos e tecnológicos. As condições ambientais desfavoráveis, como enchentes prolongadas, dificuldades logísticas e a falta de investimentos em infraestrutura e tecnologia agrícola, já comprometiam a produtividade camponesa. No entanto, o golpe mais severo veio com a introdução e massiva divulgação das fibras sintéticas no mercado global, que passaram a oferecer alternativas mais leves, baratas e produzidas em escala industrial (Homma, 2011). Como consequência, os camponeses que antes dependiam da cultura da juta como principal fonte de renda, viram-se diante de um cenário de desvalorização do produto, desarticulação das redes comerciais e perda de protagonismo econômico, marcando o início de um processo de crise que alteraria a estrutura produtiva e social da região.

A crise da juta abriu espaço para o fortalecimento de outras atividades econômicas que anteriormente ocupavam papel secundário. Nesse cenário, a pecuária extensiva passou a ganhar destaque, sendo praticada tanto nas áreas de várzea (durante os períodos de seca), quanto nas terras firmes. O Estado “tornou-se um importante aliado nessas novas políticas de incentivos aos pecuaristas e latifundiários, criando poucas alternativas para o camponês se firmar em alguma

atividade agrícola” (Serrão, 2018, p. 55). Paralelamente, nas áreas de terra firme, a cultura do guaraná começou a ser introduzida e expandida entre os agricultores familiares, especialmente por meio das colônias agrícolas formadas nesse período. Dessa forma, o enfraquecimento da cadeia da juta, embora tenha gerado um período de incertezas, também representou uma oportunidade de diversificação produtiva e de reestruturação do modo de vida camponês em distintos trechos do território amazônico.

### **Considerações finais**

A formação do campesinato e das redes socioespaciais no contexto amazônico, conforme demonstrado ao longo deste trabalho, não pode ser compreendida de forma dissociada das estratégias coloniais de dominação territorial e econômica impostas pela Coroa portuguesa. Desde o período pombalino, o estímulo à fixação do homem à terra, por meio de mecanismos como o Diretório dos Índios e a criação de colônias agrícolas, visava garantir a ocupação efetiva do território amazônico, em resposta às disputas geopolíticas internacionais. Nesse contexto, o camponês amazônico emergiu como figura central, constituindo-se a partir de múltiplas heranças culturais, técnicas de cultivo e formas de organização social e econômica herdadas tanto dos povos indígenas quanto dos colonizadores europeus.

Com o passar dos séculos, esses sujeitos passaram a desempenhar papel estratégico na economia regional, sendo que foi incorporado aos sucessivos ciclos econômicos e sistemas de exploração que marcaram a história da Amazônia. Do extrativismo das drogas do sertão, passando pelos ciclos da borracha, juta, guaraná, até os arranjos produtivos atuais, os camponeses adaptaram suas práticas às novas exigências impostas por casas aviadoras, comerciantes regatões, seringalistas e, mais recentemente, por atravessadores e agentes monopolizadores do território. Apesar de subordinados a essas estruturas, demonstraram notável plasticidade, reinventando suas formas de produção e reprodução da vida no território.

Essa resiliência se manifesta sobretudo na manutenção de suas práticas tradicionais, como a agricultura de subsistência, a pesca artesanal, o extrativismo vegetal e o uso da floresta e dos recursos hídricos. Mesmo diante das pressões externas e da imposição de modelos econômicos predatórios, os camponeses amazônicos conservaram o seu modo de vida e sua resistência frente às diferentes conjunturas históricas.

## Agradecimentos

Agradeço à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por meio do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelo acolhimento acadêmico, pelas oportunidades de formação. Expresso também minha profunda gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos, essencial para a execução e desenvolvimento desta pesquisa.

## Referências

- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: UNESP, 2006.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- BECKER, Berha. **A urbe amazônica: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus, AM: Valer: 1999. 479 p.
- BETTENDORFF, João Filipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão**. 1º ed. Senado Federal, Conselho Editorial, Brasília 2010. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/568038>. Acesso em 03 de maio. 2024.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- CHAYANOV, Alexander Von. **La organización de la unidad económica campesina**. Bueno Aires: Nueva Visión, 1974.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente**. In: Revista Cidades, volume 9, número 16, 2012, p.200-220.
- CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 274 p. (Tese de doutorado. Doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 2007.
- DIAS, Leila Christina. **Rede Geográfica**. GEOgraphia, v. 22, n. 49, 14 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/47614>. Acesso no dia 18 Nov 2024.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do Patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.
- GONÇALVES, Augusto Cezar Lopes. **O Amazonas: esboço histórico, corográfico e estatístico até o ano de 1903**. 1º edição. H. J. Hanf, Nova York, 1904.
- GOULART, José Alípio. **O regatão (mascate fluvial da Amazônia)**. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. Orgs. **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 81- 108.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. A agricultura nikkei e o desenvolvimento da agricultura na Amazônia. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama *et al* (Orgs). **Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional**. Edua, Manaus, 2011.

LOUREIRO, Antonio José Souto. **O Amazonas na Época Imperial**. 2<sup>a</sup>. Edição. Manaus; Editora Valer, 2007.

MACHADO, Lia Osorio. **O Controle Intermitente do Território Amazônico**. Revista Território, Rio de Janeiro - RJ, v. 1, n.2, p. 19-32, 1997.

MARQUES, Rildo Oliveira. **Erosão nas margens do rio Amazonas: o fenômeno das terras caídas e as implicações para a cidade de Parintins-AM**. 2017. 175 p. (Dissertação), Mestrado em Geografia, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis. 5<sup>a</sup> ed, Vozes, 1995.

MEGGERS, Betty J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina**: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2. ed. Biblioteca do Senado Federal, Conselho Editorial, Brasília, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1101>. Acesso em: 22 maio 2025.

MONTEIRO, Silvio Tavares. **Anotações para uma história rural do médio Amazonas**. Manaus, Emater/Amazonas, seção de produções gráficas, 1981. p. 81- 87.

MOREIRA, Edma Silva; HÉBETTE, Jean. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP, 2009. v.1, cap. 8, p. 187-207. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/538>. Acesso em: 26 ago. 2025.

NASCIMENTO, Dilson Gomes. **Entre a terra e a água: modo de vida camponês no médio rio Amazonas, Parintins-AM**. 2016. 187p. Dissertação, Mestrado em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

NERY, Vitor Sousa Cunha; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avel. **Instrução Primária nas Colônias Agrícolas da Amazônia na Segunda Metade do Século XIX**. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, V. 20, n.40, p.13-29, jul./dez, 2014.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação Humana. In: SALATI, Eneas *et al* (orgs.): **Amazônia: Desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.p. 144-327.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **A geografia das lutas no campo.** 6<sup>a</sup> ed.- São Paulo: Contexto, 1994.

\_\_\_\_\_. **Agricultura camponesa no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** Labur Edições, São Paulo, 2007, 184p.

\_\_\_\_\_. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 545p. Disponível em:

<https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%83O%20pronto.pdf>. Acesso em: 27 Ago. de 2025.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: 2<sup>a</sup> ed. editora da UNESP, 2012.

PONTE, Karina Furini da. **A produção do espaço regional amazônico no contexto da internacionalização do capital: das commodities ao desenvolvimento sustentável.** Revista Pegada, vol. 18, nº 2. Maio-Agosto, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5137/3927>. Acesso em: 27 ago. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993. p. 143.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920).** São Paulo: Queirós, 1980.

SHANIN, Theodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações.** Estudos CEBRAP, nº 26, Editora Vozes, 1980.

SERRÃO, Arenilton Monteiro. **Colônias agrícolas e campesinato: raízes de uma nova territorialidade no médio rio Amazonas, município de Urucará-Am.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SILVA, Marilene Corrêa. **O paiz do Amazonas.** Manaus: Editora Valer, Governo do Estado do Amazonas, UniNorte, 2004.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Rede e território: reflexões sobre a rede agroindustrial do tabaco, circuito espacial de produção e círculos de cooperação na região Sul do Brasil.** In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs). **Redes, sociedades e territórios.** 3. ed., rev. e ampl. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021, 294-336.

SOUZA, José Camilo Ramos de. **Parintins e Vila Amazônia: Uma história de construção de vida urbana de imigrantes nipônicos.** In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama *et al* (Orgs). **Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional.** Edua, Manaus, 2011.

TAVARES dos SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho.** São Paulo, Hucitec, 1978.

TENÓRIO, Basílio. **Fundamentos de Urucará.** Parintins: Gráfica João XXIII, 2016.

WITKOSKI, A.C. **Terra, florestas e águas: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais.** Manaus: EDUA, 2006.